



VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA

Ianomâmis no fogo cruzado contra garimpo

Governo aponta conluio entre crime organizado e garimpo ilegal na Amazônia. Comitativa vai a Roraima após um indígena morrer em confronto. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, agentes e servidores do Ibama foram recebidos a bala

» RENATO SOUZA

Quatro garimpeiros ilegais foram mortos durante uma operação realizada pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) na Terra Indígena Yanomami, em Roraima, no último domingo. Segundo a corporação, agentes e servidores do órgão fiscalizador foram atacados durante o desembarque de uma aeronave.

Segundo o governo federal, há indícios de que os garimpeiros podem estar envolvidos em organizações criminosas. As forças policiais foram até o local após a morte de um indígena. Outros dois ficaram feridos. Em nota, a PRF informou que os atiradores estavam “munidos de armamento de grosso calibre”, e que atiraram contra a equipe assim que os agentes tentaram sair do avião que levou as equipes até o local. Os policiais responderam aos disparos e acertaram os homens.

A PRF disse, também, que foram identificados assentamentos de garimpeiros nas terras Maikohipi e Palimiú — criados para tentar impedir o trabalho das autoridades — e que nestas localidades, também ocorreram investidas criminosas contra equipes enviadas para combater a extração ilegal de minérios.

A força-tarefa, batizada de “Ouro Mil”, ocorreu um dia após três indígenas terem sido baleados na região: um deles não resistiu aos ferimentos e morreu. No local onde os garimpeiros foram mortos, de acordo com a PRF, foi encontrado um arsenal de armas.

“Esta não é a primeira vez que agentes federais são recebidos a tiros por garimpeiros ilegais na terra indígena Yanomami. Recente histórico aponta para ocorrências em outros acampamentos clandestinos, como nas comunidades Maikohipi e Palimiú, sempre na tentativa de inibir o trabalho de desintrusão das terras demarcadas”, ressaltou o comunicado da corporação sobre o caso.

Em 21 de janeiro, o governo federal declarou emergência de

saúde pública dos povos ianomâmis. Foi detectada a ausência de acesso a medicamentos, serviço médico e quadro grave de fome, além de casos de malária entre os integrantes das comunidades tradicionais. Uma comitativa enviada pelo Executivo identificou um cenário de extrema gravidade gerada pela fome, devastando os indígenas e elevando os índices de mortalidade infantil na região.

O Relatório da Missão Yanomami, divulgado pelo Ministério da Saúde no início do ano, mostrou que as mortes de bebês recém-nascidos representaram quase 60% dos óbitos em menores de um ano de 2018 a 2022 na localidade. A principal causa identificada foi a desnutrição.

Pobreza

Outro levantamento, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), apontou que a fome na Terra Yanomami é dez vezes maior que no resto do país e supera taxas de países como Serra Leoa e República Centro Africana — onde estão as áreas com maiores índices de pobreza do planeta.

A invasão de garimpeiros é outro agravante, pois levou doenças e acabou com plantações e regiões usadas pelos indígenas para cultivar alimentos. A situação piorou nos últimos quatro anos em razão da ausência de políticas de proteção ao meio ambiente, chegada da pandemia de covid-19 no Brasil e o desmonte de órgãos ambientais, como o Ibama.

A situação de emergência sanitária permanece e permite que o Poder Executivo desloque médicos de outras regiões do país, assim como utilize a estrutura das Forças Armadas para o transporte de remédios e mantimentos. Não é possível acessar as aldeias por terra, por isso existe a necessidade de ações especiais de transporte para atender quem vive na região, sem prazo para terminar. O garimpo ilegal também afeta rios, fazendo com que a água se torne imprópria para o consumo.

Reprodução



Comissão interministerial sobrevoou área onde ocorreram conflitos. Governo vê suspeita de grupo criminoso e monta força-tarefa

Organizações criminosas envolvidas

» TAINÁ ANDRADE

As ministras Marina Silva, do Meio Ambiente, e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas, sobrevoaram, ontem, a reserva e a comunidade onde indígenas foram baleados em Roraima (RR). Durante coletiva de imprensa, a comitativa interministerial revelou que o setor de inteligência do Ibama identificou indícios de pontos de garimpo que recebem apoio de organizações criminosas.

“Ações de inteligência tem encontrado indícios muito fortes de que alguns pontos de garimpo são mantidos com apoio de organizações criminosas. Isso está

sendo investigado, não temos informações para adiantar”, disse o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho.

Segundo as ministras, a operação para dismantlar os crimes deverá atuar em duas frentes: investigações para apontar os facilitadores do garimpo e a ação direta de abordagem com os agentes. Para hoje, foi agendada uma reunião com o objetivo de definir os próximos passos das ações ostensivas de retirada no território.

A ministra Marina Silva disse que, até o momento, cerca de 80% dos garimpeiros já foram retirados de terras indígenas em Roraima

desde o início da operação no território. “Nós já temos, segundo informação de satélite, uma retirada de cerca de 75% a 80% de garimpeiros. Uma parte está resistindo e é preciso intensificar ações para dar resposta”, destacou.

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, afirmou que o objetivo é que a saída dos garimpeiros ocorra de forma pacífica. “A gente não está, de forma alguma, incentivando esses conflitos. Queremos amenizar essa situação. Não queremos derramamento de sangue. E é por isso que a gente vem aqui em Boa Vista mais uma vez”, disse. Marina Silva foi além e apontou

que há “forças poderosas economicamente” por trás da atividade ilegal e que as vítimas são os indígenas por estarem passando por problemas socioambientais.

“A insistência em permanecer mesmo com todos os esforços para o convencimento da saída pacífica é uma demonstração de que existem forças muito poderosas economicamente por trás dessa ação criminosas. Esse trabalho importante que a Polícia Federal está fazendo de inteligência, para poder identificar não só quem está sendo usado lá na ponta, mas quem está dando suporte para realizar essa ação criminosas”, enfatizou.

JUSTIÇA

Colombiano que matou jovem é preso em AL

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal prendeu, ontem, em Alagoas, o colombiano Jaime Henrique Saade Corman — que fugiu para o Brasil após assassinar a namorada, Nancy Mestre, em 1994, na Colômbia. Ele morava em Minas Gerais e estava foragido desde então. Por aqui, adotou o nome de Henrique dos Santos Abdala, casou e teve dois filhos.

O criminoso foi encaminhado para a Superintendência da PF em Maceió (AL) e, hoje, será transferido para Belo Horizonte (MG), onde ficará à disposição da Justiça da Colômbia. Ele foi encontrado em uma pousada no município alagoano Marechal Deodoro e tentou correr quando avistou os agentes, mas depois de ser cercado, não resistiu à prisão. Antes de ser achado, Jaime

Henrique havia sido visto pela última vez em Igarapé, na Região Metropolitana de BH. Há 29 anos, Nancy Mestre foi estuproada e assassinada. À época, a jovem tinha 18 anos e se relacionava com o colombiano, que era 13 anos mais velho.

No réveillon de 1994, em Barranquilla, Colômbia, ela saiu da casa do pai para encontrar o namorado e não voltou. Um dia depois, a família soube que a vítima estava internada numa clínica com um ferimento de bala na cabeça. Mestre morreu oito dias depois e Jaime Henrique desapareceu.

Prisão e extradição

Ao longo de quase três décadas, o pai de Nancy, Martín Mestre, investigou o paradeiro do assassino. Ele contratou

detetives e pressionou a Justiça colombiana, que acabou condenando Jaime a 27 anos de prisão. Com a condenação e após a família da vítima ter encontrado o colombiano em Belo Horizonte, uma nova prisão ocorreu em 2020. No entanto, ele foi libertado meses depois.

Naquele ano, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou a extradição do estrangeiro. Houve empate entre os ministros e o réu foi favorecido. Em 18 de abril deste ano, Edson Fachin mudou o seu entendimento sobre o caso e votou com o relator, Gilmar Mendes, para a Corte autorizar o que o assassino cumpria a pena em seu país. Kassio Nunes Marques também se posicionou a favor do procedimento. A captura de Jaime também repercutiu na imprensa colombiana.

Reprodução/Redes sociais



Nancy Mestre foi assassinada na Colômbia por Jaime Henrique há 29 anos. Ele estava foragido no Brasil